



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1543082 - MT (2019/0210277-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
AGRAVANTE : JAIRO ARRUDA DE SOUZA  
ADVOGADO : ALAERTT RODRIGUES DA SILVA - MT016262  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. **46 (QUARENTA E SEIS) MUNIÇÕES**. ATIPICIDADE MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JAIRO ARRUDA DE SOUZA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República (Apelação Criminal n.º 0007873-09.2016.8.11.000).

Consta nos autos que o Agravante foi condenado como incurso no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003 às penas 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e 10 (dez) dias-multa, substituída a pena reclusiva por penas restritivas de direitos (fls. 106-111).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento à apelação defensiva (fls. 161-173).

Nas razões do recurso especial, aponta-se ofensa ao art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, sob o argumento de que *"nas hipóteses de apreensão de poucas munições e verificada a mínima ofensividade da conduta, aplica-se o princípio da insignificância para reconhecer a atipicidade material da conduta, sobretudo nos casos em que não há apreensão de arma de fogo e nem reiteração delitiva"* (fl. 183).

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal a quo em razão do óbice contido na Súmula n.º 83 desta Corte Superior (fls. 198-202).

Interposto o agravo em recurso especial (fls. 204-213), a parte contrária apresentou contrarrazões (fls. 217-221).

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral Mônica Nicida Garcia, opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 233-239).

É o relatório. Decido.

A Corte de origem afastou a alegada atipicidade material da conduta com amparo nos

seguintes fundamentos, *in verbis*:

*"Do cotejo dos autos, verifica-se que o recorrente alega que a conduta de apenas portar munições, sem qualquer outro acessório ou possibilidade de uso por não conduzir arma de fogo, não causaria risco efetivo ao bem jurídico tutelado, carecendo-lhe de tipicidade material, motivo pelo qual busca a sua absolvição.*

*Ocorre que, o crime de porte ilegal de munição de arma de fogo, além de outros previstos na Lei n. 10.826/03, é delito de perigo abstrato, sendo punido antes mesmo que represente qualquer lesão ou perigo concreto de lesão, não havendo falar-se, portanto, em atipicidade material da conduta.*

*Ademais, apesar dos Tribunais Superiores admitirem a incidência do princípio da insignificância em situação excepcionais, mormente quando da apreensão de ínfima quantidade de munições de uso permitido e desacompanhadas de arma de fogo, não é o que ocorre no presente caso, vez que o acusado fora preso em flagrante com grande quantidade de munições.*

*Sendo assim, o porte de 46 (quarenta e seis) munições calibre 22 em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, é suficiente para caracterizar o referido tipo penal" (fl. 168, sem grifos no original).*

Com efeito, a conclusão alcançada pela Corte estadual está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, que orienta no sentido de que *"o porte ilegal de munição, ainda que desacompanhado de arma de fogo, configura o crime do art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, delito de perigo abstrato que presume a ocorrência de risco à segurança pública e prescinde de resultado naturalístico à integridade de outrem para ficar caracterizado"* (AgRg no HC 471.818/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 29/08/2019, sem grifos no original).

Ademais, conforme o entendimento deste Tribunal Superior, a quantidade de munição apreendida na espécie é incompatível com a aplicação do princípio da insignificância.

Nesse sentido, confira-se:

*"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ART. 16 DA LEI N. 10.826/2003. PEDIDO ABSOLUTÓRIO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AFASTADO. APREENSÃO DE CARREGADOR DE PISTOLA CALIBRE .40 E 16 (DEZESSEIS) MUNIÇÕES DO MESMO CALIBRE. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça se alinhou ao entendimento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal e passou a reconhecer a atipicidade material da conduta, em situações específicas de ínfima quantidade de munição, aliada à ausência do artefato capaz de disparar o projétil.*

*III - Na hipótese, não há que se falar em atipicidade material da conduta praticada, ante a grande quantidade de munições apreendidas, vale dizer, "um carregador de pistola calibre .40, contendo 15 (quinze) munições calibre .40, mais 1 (uma) munição avulsa do mesmo calibre".*

*IV - Qualquer incursão que escape a moldura fática ora apresentada, demandaria inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com os*

*estreitos lindes deste átrio processual, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária. Precedentes.*

Habeas corpus *não conhecido.*" (HC 527.176/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 02/12/2019, sem grifos no original).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. QUANTIDADE RELEVANTE DE PROJÉTEIS DESACOMPANHADA DE ARMA DE FOGO (15 DE CALIBRE .32). ATIPICIDADE MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. A atual jurisprudência desta Corte Superior está fixada no sentido de que, embora o crime de porte de armamentos e munições se trate de delito de mera conduta e de perigo abstrato, nos casos de apreensão de pequena quantidade de munição desacompanhada do armamento capaz de deflagrá-la é devido o reconhecimento da atipicidade material da conduta, tendo em vista a ausência de lesão ou probabilidade de dano ao bem jurídico tutelado pela norma penal.*

*2. Todavia, na hipótese dos autos, embora desacompanhadas de arma de fogo capaz de dispará-las, não é ínfima a quantidade de munições encontrada em poder do Agravante - 15 (quinze) de calibre .32 - e, portanto, mostra-se inviável o reconhecimento da atipicidade da conduta nos moldes da jurisprudência anteriormente citada.*

*3. Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no AREsp 1.616.940/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 13/03/2020, sem grifos no original).

Ante o exposto, CONHEÇO o agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora